

Galvêas confirma: País prefere prazo de 10 anos

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, confirmou ontem que o governo brasileiro se sentirá satisfeito se conseguir junto aos bancos credores prazo de 10 anos para pagar, porque este prazo supera inclusive o obtido junto ao Clube de Paris, organismo informal dos países desenvolvidos. E desmentiu que o governo já tem uma proposta de renegociar a dívida externa com prazo de pagamento de 10 anos e cinco de carência, para levar à reunião de chanceleres em Bogotá, nos dias 14 e 15 de junho, conforme noticiaram alguns jornais.

"Não é verdade. Não existe essa proposta. O que o Brasil quer — e isso vem sendo sistematicamente colocado e defendido na mesa das negociações, tanto com as instituições oficiais do Clube de Paris como com a comunidade de bancos internacionais — é o maior prazo possível e a menor taxa de juros (o spread), para o reescalonamento de sua dívida externa", ditou Galvêas à imprensa, por meio de sua assessoria.

Declarações feitas quarta-feira por alta fonte do Ministério sobre as expectativas brasileiras, tiveram as mais variadas interpretações. Algumas delas indicaram que já havia uma proposta para a reunião de Bogotá, da qual deverão participar o chanceler Saraiva Guerreiro e um ministro da área econômica, Galvêas ou Delfim. Na sua declaração de ontem, o ministro da Fazenda não desmente a versão de que um prazo de 10 anos, superior em aéreas um ao obido no ano passado, é o mais realista.

DIVERGÊNCIA

Fica clara, todavia, a divergência entre a área econômica e a área diplomática, agora também envolvida

nas negociações externas. A área econômica, que vem negociando com os credores desde 1982, acha que ficar acenando com prazos de 15 anos para pagar é inviável, porque os credores simplesmente não vão mais sequer liberar recursos para o País. E a diplomacia, até aqui mais envolvida apenas nos encontros dos países latino-americanos, acha que as idéias da área econômica são muito "tímidas".

A diplomacia também alerta para uma declaração do ministro da Fazenda, de que existe "coincidência de interesses" com os credores. Na verdade, observam, isso absolutamente não existe, pois os bancos estão sobretudo querendo receber o que emprestaram e nesse sentido orientam sua coordenação à renegociação brasileira.

Para fontes financeiras, a nota do ministro Ernane Galvêas indica que o Brasil vai efetivamente propor a idéia de formação de um fundo especial com recursos dos países desenvolvidos. Depois de fixada uma taxa de juros, se houver aumento, os países em desenvolvimento obterão recursos desse fundo, com encargos inferiores aos de mercado, para cobrir o aumento da taxa. Essas mesmas fontes, porém, alertam para a questão dos prazos. No passado, o País errou tremendamente ao obter recursos externos com prazos pequenos para financiar a construção de projetos de longa maturação.

O resultado das afirmações e desmentidos do Ministério da Fazenda é bem negativo: alguém envolvido nas negociações externas andou dizendo, antes da próxima rodada com os banqueiros, que aceita o prazo mais conservador para pagar a dívida. Esse erro estratégico, os diplomatas agora envolvidos na negociação não perdoam.